



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**INTRODU O:**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento iniciado em 27 de agosto de 2024 e apresenta os devidos estudos para a contrata o de soluço que atender    necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal   estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor soluço para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administra o Pública.

**1. DESCRI O DA NECESSIDADE:**

Trata-se de procedimento administrativo que analisa a possibilidade de contrata o de banca jurídica para o patrocínio de a o judicial tendente a recuperar os valores repassados a menor pela União Federal a este Município, referente aos valores oriundos de arrecada o do IRRF sobre rendimentos e/ou valores pagos pelo município, e funda oes, às pessoas físicas e jurídicas fornecedoras de bens e serviços a estes, objetivando a corre o das distor oes identificadas e efetiva o do incremento de receitas aos cofres do município de Morrinhos. Imperioso dizer que tais requisitos são críveis e úteis a contrata o de uma consultoria e assessoria devidamente especializada nas citadas áreas, tendo em vista:

1. Complexidade da Legisla o Tributária, Interpreta o da Legisla o: A legisla o tributária, especialmente no que diz respeito ao IRRF, pode ser complexa e sujeita a interpreta oes diversas. Um escritório de advocacia especializado pode fornecer orienta o precisa sobre os direitos e obriga oes do município de acordo com a legisla o vigente.

2. Necessidade de Defesa dos Interesses Municipais, Prote o dos Interesses Fiscais: O objetivo   garantir que o município exerça seus direitos legais   reten o e ao produto da arrecada o do IRRF, impedindo que a Receita Federal proceda com autua oes que possam resultar em obriga oes fiscais adicionais para o município.

Evitar Prejuízos Financeiros: A autua o da Receita Federal pode resultar em custos adicionais significativos para o município, incluindo o pagamento de diferenças identificadas nos últimos cinco anos e nos anos posteriores, enquanto o processo judicial estiver em tramita o.

3. Representa o Legal Especializada, Experiência em Questões Tributárias: Um escritório de advocacia especializado em direito tributário terá a experiência e o conhecimento necessários para representar efetivamente os interesses do município perante a Receita Federal e o Poder Judiciário.

Elabora o de Estratégias Jurídicas: O escritório poderá elaborar estratégias jurídicas sólidas para contestar a autua o da Receita Federal e defender os direitos do município de Morrinhos/CE.

4. Redu o de Riscos e Incertezas, Minimiza o de Riscos Financeiros: Ao contar com a expertise de um escritório de advocacia especializado, o município pode reduzir os riscos de obriga oes fiscais adicionais e prejuízos financeiros decorrentes de autua oes da Receita Federal.

Garantia de Segurança Jurídica: A contrata o do escritório proporciona uma maior segurança jurídica ao município, assegurando que seus interesses estejam adequadamente protegidos diante de questões tributárias complexas.

A contrata o de um escritório de advocacia especializado para a presta o de serviços de consultoria jurídica relacionados   reten o e ao produto da arrecada o do IRRF   uma medida





crucial para proteger os interesses fiscais e financeiros do município de Morrinhos/CE. Essa contratação proporciona representação legal especializada, defesa dos interesses municipais, redução de riscos financeiros e garantia de segurança jurídica, contribuindo para a proteção dos recursos públicos e a gestão eficiente das questões tributárias do município.

A contratação em epígrafe se mostra necessária para possibilitar o desenvolvimento dos trabalhos do Poder Executivo, visto que não há no quadro funcional da Prefeitura Municipal agente público com *expertise* ao objeto da contratação, sendo indispensável a presente contratação.

A prestação judicial em comento envolve a aplicação de conhecimento específico e não-corriqueiro, que se encontra longe das controvérsias jurídicas enfrentadas no cotidiano da Procuradoria Municipal, conforme se passará a demonstrar.

Em primeiro lugar, a ação envolve a litigância contra a Advocacia-Geral da União e seu preparado Núcleo Executivo de Cálculos e Perícias (NECAP). A desproporção de Pessoal e de Recursos é latente em qualquer relação entre União Federal e Município, especialmente aquelas que envolvem litígio. Busca-se, portanto, uma banca jurídica externa que tenha costume e histórico de litigância bem-sucedida contra a União Federal.

Além disso, a ação trata de questões relacionadas ao Direito Financeiro, especificamente voltado aos blocos de financiamento municipal. O tema é pouco recorrente diante do trabalho normalmente desempenhado pela PGM e envolve, aliás, a compilação de todas os pagamentos realizados a fornecedores de bens e serviços em geral para o ente municipal nos últimos anos, respeitado o período prescricional. É improvável que o corpo jurídico municipal, por mais que competente, esteja em condições ótimas de representar o Município nesta matéria em específico.

Por fim, atenta-se para a sensibilidade financeira do pleito. Se bem-sucedida a ação de conhecimento, é natural que se proceda com a liquidação do título, o que envolve cuidadoso trabalho de levantamento de todos os valores que foram retidos pela União de forma indevida e não repassados ao Município. Se subestimado, este cálculo pode gerar renúncia de importante receita municipal; se superestimado, o cálculo pode levar ao pagamento de sucumbência em favor da União Federal, o que será igualmente deletério aos cofres locais. Daí a importância de buscar prestador especializado e habilitado.

Ainda, destaque-se que o serviço é eminentemente intelectual, e engloba uma série de fases processuais, sendo altamente provável que a controvérsia atinja o nível dos tribunais superiores.

Apresenta-se, neste contexto, o escritório de advocacia THALES CATUNDA DE CASTRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, com sede na Av Dom Luís, nº 300 sala 1008 e 1009, Bairro Aldeota, Cidade de Fortaleza, Estado de Ceará, CEP 60.160.196, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.060.148/0001-72, cujo corpo técnico verificou a existência de um valor estimado a ser recuperado no total de R\$ 3.397.789,78 (três milhões trezentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos), pelo qual, se e quando obtido êxito, do total recuperado será cobrado 15% (quinze por cento) sobre o benefício auferido em favor do Município, a retenção dos honorários advocatícios, com base no art. 22-A do Estatuto da advocacia, ATÉ o limite dos juros de mora, e 22, § 4º do mesmo estatuto, para recuperação de valores do IRRF que corresponde estimativamente ao valor de R\$ 509.668,46 (quinhentos e nove mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos). Tais serviços permitirão que seja restituído valor repassados a menor pela união. Além de permitir a Propositura de demanda





judicial ou administrativa, Liquidação dos valores repassados à menor, Execução do crédito apurado, com inscrição em precatório, Acompanhamento da inscrição e pagamento do precatório até a efetiva entrada dos valores nos cofres do município e outros.

Ademais, vê-se a impossibilidade da realização do serviço por um profissional padrão, já que o objeto não está dentro de suas atribuições regulares, face à complexidade da tarefa a ser realizada, o que confere especificidade ao serviço a ser contratado. Ao caso concreto, justifica-se a contratação pela iminente necessidade de recuperação de valores repassados a menor pela União ao município de Morrinhos/CE.

## 2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**NATUREZA.** Considerando o descrito supra, os serviços, objetos desta contratação, têm natureza de serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período determinado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, nos termos do art. 6º, inciso XVII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

**DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.** A prestação dos serviços contratados iniciará em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato, em locais a serem definidos e informados previamente pela administração;

**EXECUÇÃO.** Prazo para recebimento dos serviços, bem como critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

Os presentes requisitos de contratação foram elencados levando-se em consideração as peculiaridades do serviço a ser prestado. Trata-se de serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra portanto sem regime de dedicação exclusiva;

Os serviços possuem natureza continuada ou não, em função de sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades meio do órgão.

Este estudo foi elaborado para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria técnica, e profissional em serviços técnicos especializados de assessoramento e consultoria jurídica como já acima descrito.

A vigência inicial do contrato será de **12 (doze) meses**, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 111 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovado a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade.

Necessidade de garantia de execução: não.

Procedimentos e rotinas de execução serão detalhados no Termo de Referência.

Considerando a natureza dos serviços (atuação patronal em processos judiciais e/ou administrativos) e a incerteza de duração do(s) processo(s), bem como a impossibilidade de o município vir a ficar descoberto em relação ao patrocínio da(s) causa(s), independentemente da duração do contrato, as obrigações assumidas pelo prestador, relativamente aos processos que distribuir no curso da vigência deverão estender-se até o deslinde da(s) causa(s) e o efetivo recebimento de créditos por parte do Erário.

## 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Segue abaixo levantamento extraído do portal de licitações dos municípios no site do TCE/CE, de diversos procedimentos administrativos de licitação realizadas por outros órgãos da administração pública que tratam do tipo de contratação pretendida:



| PROCESSO            | MUNICÍPIO       | OBJETO   | FONTE   |
|---------------------|-----------------|--|---|
| 027/2024            | CASCAVEL        | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A ANÁLISE, IDENTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VALORES ORIUNDOS DE ARRECADAÇÃO DO IRRF SOBRE RENDIMENTOS E/OU VALORES PAGOS PELO MUNICÍPIO, E FUNDAÇÕES, ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS A ESTES, IMPEDINDO QUE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL PROCEDA COM A AUTUAÇÃO DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ART. 158, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O TEMA 1130 DO STF, OBJETIVANDO A CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES IDENTIFICADAS E EFETIVAÇÃO DO INCREMENTO DE RECEITAS AOS COFRES DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.   | <a href="https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br">https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br</a> |
| <u>IN 02/2023</u>   | PIQUET CARNEIRO | Contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços de consultoria jurídica especializada, no que concerne a declarar ao Município o direito à retenção e ao produto da arrecadação do IRRF incidente sobre todos os pagamentos realizados por ele, a pessoas físicas ou jurídicas, impedindo que a Receita Federal do Brasil proceda com a autuação do município relativamente ao período de vigência das Instruções Normativas RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015 e nº 2.005, de 29 de janeiro de 2021, condenando, por fim, o ente ao pagamento das diferenças identificadas nos últimos cinco ano | <a href="https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br">https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br</a> |
| <u>2023.12.08.1</u> | VARZEA ALEGRE   | Contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços de consultoria jurídica especializada, no que concerne a declarar ao Município o direito à retenção e ao produto da arrecadação do IRRF incidente sobre todos os pagamentos realizados por ele, a pessoas físicas ou jurídicas, impedindo que a Receita Federal do Brasil proceda com a autuação do município relativamente ao período de vigência das Instruções Normativas RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015 e nº 2.005, de 29 de janeiro de 2021, condenando, por fim, o ente ao pagamento das diferenças identificadas nos últimos cinco ano | <a href="https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br">https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br</a> |
| <u>011/2023</u>     | EUSEBIO         | Contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços de consultoria jurídica especializada, no que concerne a declarar ao Município o direito à retenção e ao produto da arrecadação do IRRF incidente sobre todos os pagamentos realizados por ele, a pessoas físicas ou   | <a href="https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br">https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br</a> |





|                     |        |  |   |
|---------------------|--------|--|---|
|                     |        | jurídicas, impedindo que a Receita Federal do Brasil proceda com a autuação do município relativamente ao período de vigência das Instruções Normativas RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015 e nº 2.005, de 29 de janeiro de 2021, condenando, por fim, o ente ao pagamento das diferenças identificadas nos últimos cinco ano  |   |
| 0108.01.202<br>4.IN | TRAIRI | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A ANÁLISE, IDENTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VALORES ORIUNDOS DE ARRECADAÇÃO DO IRRF SOBRE RENDIMENTOS E/OU VALORES PAGOS PELO MUNICÍPIO, E FUNDAÇÕES, ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS A ESTES, IMPEDINDO QUE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL PROCEDA COM A AUTUAÇÃO DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ART. 158, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O TEMA 1130 DO STF, OBJETIVANDO A CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES IDENTIFICADAS E EFETIVAÇÃO DO INCREMENTO DE RECEITAS AOS COFRES DO MUNICÍPIO DE TRAIRI. | <a href="https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br">https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br</a> |

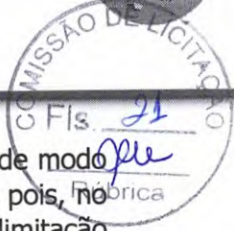
O levantamento acima informa vários tipos de licitação utilizada para a contratação de objeto similar ao pretendido por essa administração. No entanto, a melhor solução demonstrada no quadro acima, e indicada por esse estudo, seria a modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, mormente a complexidade dos serviços e ausência de profissional capacitado no quadro da administração pública municipal. Portanto, visando atender as necessidades precípua da administração a melhor solução seria contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Diante do exposto e após análise comparativa, deve-se indicar a solução escolhida para o atendimento da necessidade em questão, demonstrando, com base em razões fáticas e a partir do levantamento de mercado, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A ANÁLISE, IDENTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VALORES ORIUNDOS DE ARRECADAÇÃO DO IRRF SOBRE RENDIMENTOS E/OU VALORES PAGOS PELO MUNICÍPIO, E FUNDAÇÕES, ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS A ESTES, IMPEDINDO QUE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL PROCEDA COM A AUTUAÇÃO DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ART. 158, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O TEMA 1130 DO STF, OBJETIVANDO A CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES IDENTIFICADAS E EFETIVAÇÃO DO INCREMENTO DE RECEITAS AOS COFRES DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS, que ela é a que melhor atende ao interesse público mediante cumprimento dos requisitos da contratação e levando-se em conta aspectos técnicos e econômicos a ela relacionados. Esclarecemos, também, que a presente escolha visa atender o princípio da eficiência, uma vez que a contratação de um profissional qualquer poderá causar prejuízo ao interesse público.

## II - JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação pela iminente necessidade de recuperação de valores repassados a menor pela União ao município de Morrinhos/CE.

Cada vez mais, surge na sociedade a figura do especialista, seja na área das ciências sociais ou exatas. A evolução do mercado e a competitividade, exigem que os profissionais se especializem





em determinada área, quer através de cursos, quer através de experiências enfrentadas, de modo que possam oferecer serviços singulares e específicos em favor do poder público, sendo, pois, no âmbito jurídico, praticamente impossível que o quadro de procuradores resolva, até pela limita o de membros e de volume de atividades, todos os problemas jurídicos do Município, inclusive, **patrocínio das causas judiciais mais complexas.**

Nesse sentido, a atua o de um consultor jurídico dotado de conhecimentos específicos que o credencia ao pleno exercício da defesa estatal, cumpre satisfatoriamente a concretiza o dos direitos fundamentais da sociedade, balizando os interesses conflitantes numa atua o proporcional do direito.

Desde o ano de 2015, vigoram as normas determinadas na Solu o de Consulta COSIT n  166, de 22 de junho de 2015 e na Instru o Normativa RFB n  1.599, de 11 de dezembro de 2015, modificou a interpreta o dos artigos 157, inciso I e 158, inciso I, da Constitui o Federal, que determinam que os valores referentes a reten o do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte ("IRRF") decorrente dos pagamentos a qualquer título devem ser recebidos pela União Federal.

Inclusive, com essa nova regra, o estado ou município que procedessem com a reten o e apropria o do produto da arrecada o do IRRF poderia estar cometendo uma infra o tributária, punível com a incidência de multa de ofício, bem como o ato de reten o poderia ser interpretado como improbidade administrativa por apropria o indevida de receita da União Federal.

Assim, a União Federal vem recebendo os valores referentes a reten o do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte ("IRRF").

Entretanto, no julgamento do Recurso Extraordinário n  1.293.453/RS de Relatoria do Ministro Alexandre de Moraes ocorrido em 11/10/2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela inconstitucionalidade da interpreta o dada pela Receita Federal do Brasil, garantindo ao município que ajuizou ou ajuizar  a a o o direito de reten o do IRRF incidente sobre os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas, a qualquer título.

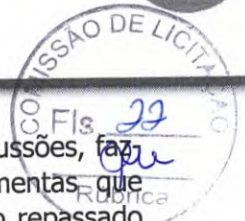
Assim, com esse julgado, deu-se ensejo ao Tema 1130 do STF, que assim dispõe:

*"Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, e funda oes a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a presta o de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constitui o Federal."*

Em síntese, cabe ao ente Municipal postular provimento jurisdicional que lhe assegure o direito   reten o e ao produto da arrecada o do IRRF incidente sobre todos os pagamentos realizados por ele, a pessoas físicas ou jurídicas, relativamente aos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da presente a o até a data do trânsito em julgado da a o.

Os serviços objeto desta proposta consistem na propositura de medida judicial para recupera o dos valores repassados equivocadamente a União, no período compreendido entre nos anos de 2017 até a data do trânsito em julgado da a o.





Em função da especificidade da matéria envolvida e da amplitude das possíveis repercussões, faz-se necessário a contratação de um conjunto de serviços especializados e ferramentas que possibilite o reconhecimento do direito do Município ao recebimento do montante não repassado durante o período de 2017 até a data do trânsito em julgado da ação.

Assim, faz-se necessária a contratação do escritório de advocacia acima descrito, face à experiência comprovada e a ilibada reputação que o mesmo detém.

Por fim, cabe destacar que a referida demanda requer experiência técnica jurídica e contábil específica, em virtude da excepcionalidade do serviço a ser realizado, já que o objeto caracteriza-se por tarefas que não fazem parte da rotina dos servidores efetivos, bem como demandam conhecimento em área específica e experiência prévia.

Ademais, vê-se a impossibilidade da realização do serviço por um profissional padrão, já que o objeto não está dentro de suas atribuições regulares, face à complexidade da tarefa a ser realizada, o que confere especificidade ao serviço a ser contratado, por meio do processo de inexigibilidade de licitação.

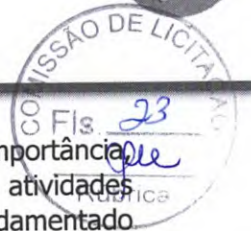
Logo, em razão da complexidade dos serviços advocatícios, e considerando que Município não disponibiliza de mão de obra suficiente para atender a demanda crescente dos serviços, justifica-se a contratação para a prestação de serviços técnicos especializados, conforme detalhado neste **ETP**.

Tal ato denota a singularidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de profissionais especializados, assim sendo, tornando-se inviável escolher o melhor profissional, para prestar serviço de natureza intelectual, por meio de licitação, pois tal mensuração se funda em critérios objetivos. No caso concreto a equipe técnica é composta por advogados especializados em conhecimentos jurídicos na área de DIREITO TRIBUTÁRIO, mais especificadamente nos Direitos Constitucionais, Administrativo, Municipal e TRIBUTÁRIO, o que induz amplos conhecimentos individuais e coletivos da empresa na área do objeto da contratação, conforme proposta de intenção de contratação apresentada pelo escritório.

Na oportunidade, conforme informado pelo setor jurídico desse Município, EM RAZÃO DA COMPLEXIDADE DA MATÉRIA, bem como da existência de diversas outras demandas no âmbito desta Administração que a solução mais viável para propor tal proposição seria contratar escritório especializado nos referidos serviços, visto que o Município só conta com um advogado, servidor comissionado, o qual não tem condições de dar resolutividade à vasta matéria jurídica, em razão da extensa demanda jurídica e da complexidade que demanda a matéria.

Assim sendo, considerando que para lograr êxito no desempenho do trabalho, deverá restar demonstrada capacidade técnica e ampla experiência acerca da matéria jurídica envolvida. Sob outro prisma, vale destacar que a Estrutura Administrativa do Município conta com uma Procuradoria Jurídica, que embora composta por profissionais altamente capacitados, não possui jurista habilitado com especialidade na área de DIREITO TRIBUTÁRIO, que dada sua complexidade não constitui atividade corriqueira, aquela que pode ser executada com facilidade e por qualquer pessoa. Em palavras outras, significa dizer que a demanda judicial correlata ao direito tributário tem de ser desempenhada por quem possua conhecimento técnico e específico no assunto, na respectiva área de atuação.





Assim, observa-se que os procuradores nomeados desempenham papel de relevante importância nas suas áreas de especialização/atuação e no que tange a generalidade das atividades desenvolvidas rotineiramente no âmbito do Poder Executivo. Ocorre que, consoante fundamentado alhures, o Poder Executivo enfrenta no seu dia-a-dia atividades de natureza altamente complexa, assim como necessita de profissionais experientes com soluções adequadas aos casos concretos, sobretudo, no acompanhamento e ajuizamento de ações em favor da municipalidade, cuja área de conhecimento não seja dominada pelos profissionais que já compõem o quadro da Procuradoria Jurídica.

Portanto, o objeto apresentado se justifica por inexigibilidade de licitação, levando-se em conta a especialidade dos serviços e singularidade dos mesmos, bem como, a pessoalidade e confiança do profissional a realizar os serviços, em concordância com o Art. 74, III, alínea c, da Lei Federal n 14.133/21.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

No âmbito da prestação dos serviços, importante que abarquem, minimamente, as seguintes análises jurídicas:

(i) análise jurídica sobre a possibilidade de auferição dos valores retidos pela União e não repassados para o ente municipal, e por consequência que seja a União condenada ao pagamento das respectivas diferenças;

(ii) análise jurídica sobre o recebimento da quota parte relativa ao repasse do IRRF, decorrente da retenção desse imposto do pagamento dos fornecedores de bens e serviços em geral para o ente municipal, os quais foram repassados para a União e não devolvidos na sua integralidade no período prescricional, bem como aqueles que eventualmente ainda não estejam sendo retidos pelo município;

(iii) análise jurídica sobre o possível ressarcimento dos valores não repassados ao Município para garantir a correta destinação dos recursos, uma vez que os valores repassados pela União são manifestamente menores dos valores legalmente previstos, e, por fim;

(iv) análise jurídica sobre o possível ressarcimento dos valores correspondentes aos repasses indevidamente glosados pela União Federal, mas que foram efetivamente recolhidos pela rede municipal e encaminhados para a União Federal.

A futura contratada deverá obedecer fielmente ao contrato a ser firmado, se obrigando a realizar os serviços previsto nas condições e característica descrita neste **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** e constante do **TERMO DE REFERÊNCIA**, realizando todos os serviços mencionados de forma regular, além da emissão de pareceres técnicos sempre que solicitado ou necessário ao esclarecimento de situações que possam surgir, bem como Propositura de demanda judicial ou administrativa, Liquidação dos valores repassados à menor, Execução do crédito apurado, com inscrição em precatório, Acompanhamento da inscrição e pagamento do precatório até a efetiva entrada dos valores nos cofres do município e outros, uma vez que o município não possui profissional e/ou empresa contratada com a *expertise suficiente* ao cumprimento do objeto. Portanto, recorre-se a contratação de empresa via inexigibilidade de licitação, mormente a complexidade dos serviços.







A futura contratada deverá prestar os serviços presencialmente, se deslocando até a Prefeitura Municipal semanalmente e também por acesso remoto, sempre que necessário.

**- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

| ITEM | DESCRIPTIVO  | UNIDADE | QTD |
|------|--|---------|-----|
| 1    | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A ANÁLISE, IDENTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VALORES ORIUNDOS DE ARRECADAÇÃO DO IRRF SOBRE RENDIMENTOS E/OU VALORES PAGOS PELO MUNICÍPIO, E FUNDAÇÕES, ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS A ESTES, IMPEDINDO QUE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL PROCEDA COM A AUTUAÇÃO DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ART. 158, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O TEMA 1130 DO STF, OBJETIVANDO A CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES IDENTIFICADAS E EFETIVAÇÃO DO INCREMENTO DE RECEITAS AOS COFRES DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS | SERVIÇO | 01  |

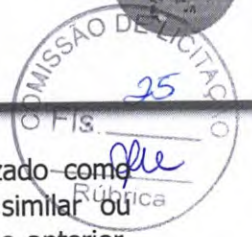
**- ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

| ITEM | DESCRIPTIVO  | UNIDADE | QTD | Valor percentual       |
|------|--|---------|-----|------------------------|
| 1    | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A ANÁLISE, IDENTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VALORES ORIUNDOS DE ARRECADAÇÃO DO IRRF SOBRE RENDIMENTOS E/OU VALORES PAGOS PELO MUNICÍPIO, E FUNDAÇÕES, ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS A ESTES, IMPEDINDO QUE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL PROCEDA COM A AUTUAÇÃO DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ART. 158, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O TEMA 1130 DO STF, OBJETIVANDO A CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES IDENTIFICADAS E EFETIVAÇÃO DO INCREMENTO DE RECEITAS AOS COFRES DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS | SERVIÇO | 01  | 15% (quinze por cento) |

O prazo de execução do(s) serviço(s) objeto desta contratação se dará a partir da data da assinatura do contrato pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por vontade das partes ou com a continuidade das ações decorrentes dos objetos desse contrato, até que se esgotem todas as tramitações cabíveis referente ao objeto desta licitação, em especial até o trânsito em julgado da ação e consequente recebimento da quantia que o município faz Jus. O contrato terá um prazo de vigência a partir da data da assinatura do contrato pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por vontade das partes ou com a continuidade das ações decorrentes dos objetos desse contrato, até que se esgotem todas as tramitações cabíveis referente ao objeto desta licitação, em especial até o trânsito em julgado da ação e consequente recebimento da quantia que o município faz Jus; sendo tal lapso temporal propício para a realização dos serviços em condições descritas no TERMO DE REFERÊNCIA e futuro contrato.

A estimativa de valor deverá se balizar pelo mercado, com devidas comprovações, conforme documentos fornecidos, devendo ser considerado o valor aplicado pela empresa a ser contratada





em outras Prefeituras que possui contrato de igual teor. Também poderá ser utilizado como referência contratações similares, realizados por Prefeituras Municipais de aporte similar ou equivalente. Ressalta-se que houve a comparação com o valor do contrato do exercício anterior, comprovando a compatibilidade com os preços de Mercado.

Da cotação que foi fornecida chegou-se ao percentual de remuneração honorária equivalente a **15% (quinze por cento)** sobre o benefício proporcionado à CONTRATANTE, valor este a ser apurado através do devido procedimento de liquidação de título judicial, seja por artigos ou mediante cálculos aritméticos e recebidos através de precatório judicial. A remuneração está condicionada estritamente ao fato de o benefício decorrente de decisão judicial ou administrativa efetivamente vir a ocorrer.

### REQUISITOS A SEREM ATENDIDOS PELO FUTURO CONTRATADO

O participante vencedor deverá realizar os serviços pessoalmente, em virtude da confiabilidade que se exige na futura contratação;

Aceitar a ampliação ou redução do objeto contratado nos limites estabelecidos na Lei 14.133/21 e as supressões no interesse de ambas as partes contratuais, conforme art. 125 da citada lei;

Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

Não cometer atrasos e nem faltas durante execução contratual;

Manter regularidade fiscal durante período do contrato;

Se fazer presente na Prefeitura Municipal, quando solicitador, e em prazo razoável;

Atender a todos os chamados por meio de acesso remoto;

Formalizar pareceres técnicos sempre que solicitado;

Cumprir prazo legal de envio de documentos ao TCE/CE.

Propositura de demanda judicial ou administrativa;

Liquidação dos valores repassados à menor;

Execução do crédito apurado, com inscrição em precatório;

Acompanhamento da inscrição e pagamento do precatório até a efetiva entrada dos valores nos cofres do município e outros.

### 5. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Trata-se de contratação de uma única prestação do serviço, não se aplicando o parcelamento da solução.

A contratada deverá realizar os serviços de forma única, constantemente, sendo inviável seu parcelamento, uma vez que, a divisibilidade poderia ocasionar contratação de mais de um fornecedor, o que causaria elevação dos custos e procedimentos diversos de soluções, o que não se encaixa na natureza do objeto a ser licitado e inviabilizaria a modalidade por inexigibilidade. Outrossim, ressalta-se que os serviços são indivisíveis.

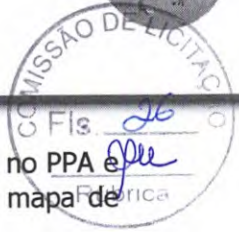
### 6. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

### 7. ALINHAMENTO COM PAC

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações do Município de Morrinhos exercício de 2024. O processo em apreço se encontra previsto no planejamento plurianual deste





órgão para o atendimento das políticas públicas, culturais e sociais, sendo assim inserida no PPA e consequentemente no PCA deste órgão, pois trata-se de contratação que faz parte do mapa de contratação em exercícios anteriores do município de Morrinhos.

## 8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a contratação de um escritório de advocacia para prestação de serviços de consultoria jurídica especializada, visando declarar ao município de Morrinhos/CE o direito à retenção e ao produto da arrecadação do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) incidente sobre todos os pagamentos realizados por ele a pessoas físicas ou jurídicas, incluem:

### 1. Garantia do Direito à Retenção do IRRF

- Conformidade Legal: Assegurar que o município esteja agindo de acordo com a legislação vigente e tenha o direito reconhecido de reter e utilizar o produto da arrecadação do IRRF, evitando disputas com a Receita Federal.
- Reconhecimento Legal: Obter uma declaração formal que reconheça o direito do município de reter o IRRF, proporcionando clareza e segurança jurídica.

### 2. Recuperação de Valores Retidos

- Reembolso de Valores: Conseguir a devolução ou compensação dos valores que foram indevidamente retidos ou pagos nos últimos cinco anos e durante a tramitação do processo judicial.
- Correção de Injustiças Fiscais: Retificar qualquer injustiça fiscal cometida contra o município, garantindo a correta aplicação das instruções normativas vigentes.

### 3. Redução de Riscos Jurídicos e Fiscais

- Minimização de Contingências: Reduzir os riscos associados a eventuais autuações e contingências fiscais, proporcionando uma gestão financeira mais estável e previsível.

### 4. Melhoria da Governança Fiscal

- Transparência e Compliance: Promover a transparência e a conformidade com as normas tributárias, reforçando a governança fiscal do município.

### 5. Fortalecimento da Defesa Jurídica

- Defesa Eficaz: Prover uma defesa jurídica eficaz em casos de autuação ou disputas com a Receita Federal, utilizando a expertise de um escritório especializado em direito tributário.
- Estratégias Jurídicas: Desenvolver estratégias jurídicas robustas para contestar autuações e garantir a proteção dos direitos do município.

### 7. Benefícios de Longo Prazo

- Precedentes Favoráveis: Criar precedentes favoráveis que possam beneficiar o município em futuras disputas ou questionamentos tributários.

A contratação de um escritório de advocacia especializado para a prestação de serviços de consultoria jurídica no que tange à retenção e arrecadação do IRRF visa proteger os recursos financeiros do município de Morrinhos/CE, assegurar o cumprimento das normas legais, minimizar riscos jurídicos e fiscais, e promover uma gestão fiscal eficiente e transparente. Esses resultados são essenciais para garantir a estabilidade financeira do município, a correta aplicação da legislação tributária, e a defesa eficaz contra possíveis autuações da Receita Federal.





## 9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

Para fomentar a execução dos serviços, as unidades gestoras deverão promover ações necessárias para o cumprimento do contrato por parte da contratante. A título de exemplo, podemos citar:

Disponibilização de local físico para utilização do profissional indicado pela empresa nas vistas ao local da prestação de serviços;  
Disponibilizar todas as informações necessárias a prestação de serviços a ser realizada;  
Manter vigente os outros serviços e demais contratações que guardem relação com a execução dos serviços a serem prestados nessa contratação de apoio administrativo.

No tocante a devida fiscalização de contrato, sugere-se que as unidades demandantes tomem as providências necessárias para munir os futuros fiscais de informações relacionadas à plena execução deste contrato, fornecendo, se necessário, curso de capacitação específico voltado para fiscalização de contrato de prestação de serviços terceirizados.

A Administração tomará ainda as seguintes providências:

- A) definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização técnica e gestão contratual, previamente ao contrato;
- B) acompanhamento rigoroso durante a execução dos serviços e gestão do contrato;
- C) revisitar constantemente a demanda executada, notadamente quanto a necessidade de correção e melhorias a serem realizadas.

## 10. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não foram detectados impactos ambientais na realização da prestação do serviço.

## 11. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Registre-se que a despesa com a contratação está vinculada ao crédito pretendido na ação proposta, caso recebido, o que significa dizer que o Município não terá despesa antecipada com a prestação do serviço.

Contudo, em caso de êxito, aí sim, a despesa com a prestação de serviços será enfrentada com o próprio montante obtido como crédito decorrente dos próprios créditos de imposto de renda incidentes sobre os rendimentos pagos de qualquer natureza. A dotação orçamentária que suportará a despesa dos honorários contratuais é aquela que será constituída com o sucesso da própria ação ordinária, não se vislumbrando prejuízo ao Erário. Destarte, a futura contratação está de acordo com regras de viabilidade e razoabilidade, uma vez que o Executivo possuirá recursos financeiros para sua concretização, com dotação orçamentária específica: 0301.04.122.0002.2.005 – Gestão e Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Finanças, elemento de despesas: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica – Fonte: 1500000000.

Após essas considerações podemos concluir que o preço objeto da inexigibilidade supra mantém compatibilidade com o praticados no mercado, conforme se pode verificar nos autos do processo. Portanto, visando esclarecer a proposição da Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Morrinhos/CE, objetivando pronunciamento do Agente de Contratação quanto à possibilidade legal





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



da contratação, com INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, visando a contratação do Escritório THALES CATUNDA DE CASTRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, com sede na Av. Dom Luís, nº 300 sala 1008 e 1009, Bairro Aldeota, Cidade de Fortaleza, Estado de Ceará, CEP 60.160.196, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.060.148/0001-72, para a prestação de serviços advocatícios extrajudiciais, para, com os poderes da cláusula *ad judícia*, propor as medidas judiciais cabíveis, visando os serviços já qualificados nos autos deste parecer.

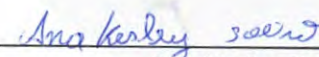
Por fim, esclarecemos que usamos como amparo o Princípio da Razoabilidade, vez que o Poder Executivo agiu com cautela, estudou a possibilidade da contratação e os resultados a serem alcançados, limitando a discricionariedade de sua ação. Sob a viabilidade da contratação a mesma se demonstra viável visto tal contratação ser necessária aos trabalhos da Casa e estar de acordo com legislação aplicável.

Conforme se verifica no presente ETP, estão configurados os requisitos que sustentam a viabilidade da contratação, bem como a necessidade da contratação, estimativa da quantidade a ser contratada, valor estimado da contratação, entre outros.

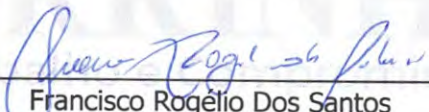
Os responsáveis pelo planejamento declaram viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o art. 18, § 1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Morrinhos-CE, em 10 de Setembro de 2024.

**REPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:**

  
\_\_\_\_\_  
Ana Kesley Soeiro  
Presidente da Comissão de Planejamento

**APROVADO:**

  
\_\_\_\_\_  
Francisco Rogério Dos Santos  
Secretário de Administração e Finanças



**ANEXO I - MAPA DE RISCOS**

*[Handwritten signature]*



Governo Municipal de  
**MORRINHOS**  
Trabalho e Compromisso





**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

MAPA DE RISCOS  
FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO  
FASE DE CONTROLE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

OBJETO: Contratação de banca jurídica para o patrocínio de ação judicial tendente a recuperar os valores repassados a menor pela União Federal a este Município, referente aos valores oriundos de arrecadação do IRRF sobre rendimentos e/ou valores pagos pelo município, e fundações, às pessoas físicas e jurídicas fornecedoras de bens e serviços a estes, objetivando a correção das distorções identificadas e efetivação do incremento de receitas aos cofres do município de Morrinhos/CE

|          |                        |  |   |                        |  |
|----------|------------------------|--|---|------------------------|--|
| Risco 01 | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO | Risco  | CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE) SEM ADEQUADO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO                                     |                        |  |
|          |                        | Consequência(s)  | Ilegalidade na contratação direta pelo indevido afastamento do procedimento licitatório;<br>Desperdício de Recursos Públicos. |                        |  |
|          | ANÁLISE DO RISCO       | Probabilidade  | Baixa   |                        |  |
|          |                        | Impacto  | Alto  |                        |  |
|          |                        | Nível de Risco   | Aceitação Intermediária   |                        |  |
|          | RESPOSTA AO RISCO      | Ação Preventiva  |   | Responsável            |  |
|          |                        | Ampliar o conhecimento da equipe de planejamento, através de capacitações, quanto as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação contidos na lei;<br>Observar e adequar todo procedimento contratual com o Decreto Municipal nº. 011 de 17 de março de 2023;<br>Aplicar, no que couber, a observância dos mesmos requisitos necessários para a contratação por meio de licitação. |   | Equipe de Planejamento |  |
|          |                        | Ação de Contingência   |   | Responsável            |  |
|          |                        | Não aprovar a realização de processos que não contenham os requisitos mínimos necessários para justificar a contratação direta.  |   | Autoridade Competente  |  |





|          |                        |   |  |  |
|----------|------------------------|---|--|--|
| Risco 02 | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO | Risco   | FALTA DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO                               |  |
|          |                        | Consequência(s)   | Impossibilidade de atender à necessidade que motivou a contratação; Parcelamento indevido. |  |
|          | ANÁLISE DO RISCO       | Probabilidade   | Baixa  |  |
|          |                        | Impacto   | Alto   |  |
|          |                        | Nível de Risco  | Aceitação Intermediária  |  |
|          | RESPOSTA AO RISCO      | Ação Preventiva   | Responsável  |  |
|          |                        | Realizar estudo técnico preliminar que identifique todas as partes da solução necessária ao atendimento da necessidade que motivou a contratação. | Equipe de Planejamento   |  |
|          |                        | Ação de Contingência  | Responsável  |  |
|          |                        | Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.   | Equipe de Planejamento   |  |

|          |                        |   |   |  |
|----------|------------------------|---|---|--|
| Risco 03 | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO | Risco   | FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA  |  |
|          |                        | Consequência(s)   | Atraso na contratação do objeto; Contratação Ineficiente; Desperdício de Recursos Públicos. |  |
|          | ANÁLISE DO RISCO       | Probabilidade   | Baixa   |  |
|          |                        | Impacto   | Alto  |  |
|          |                        | Nível de Risco  | Aceitação Intermediária   |  |
|          | RESPOSTA AO RISCO      | Ação Preventiva   | Responsável   |  |
|          |                        | Elaborar estudos preliminares anteriores a elaboração do Termo de Referência; | Equipe de Planejamento  |  |
|          |                        | Elaborar Termo de Referência de acordo com os modelos da AGU                  |   |  |







**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

|          |                        |   |  |   |  |
|----------|------------------------|---|--|---|--|
|          |                        |   | ou nos modelos padronizados disponibilizados pela Procuradoria Geral do Município.   |   |  |
|          |                        |   | <b>Ação de Contingência</b>  | <b>Responsável</b>                                  |  |
|          |                        |   | Readequar o Termo de Referência com inclusão das instruções ausentes.<br>Não aprovação do Termo de Referência devido de falhas.          | Equipe de Planejamento<br><br>Autoridade Competente |  |
| Risco 04 | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO | Risco   | Selecionar equipe inadequada para realizar o planejamento da contratação   |   |  |
|          |                        | Consequências   | Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos na contratação   |   |  |
|          | ANÁLISE DO RISCO       | Probabilidade   | Baixa  |   |  |
|          |                        | Impacto   | Médio  |   |  |
|          |                        | Nível de Risco  | Aceitação Intermediária  |   |  |
|          | RESPOSTA AO RISCO      |   | <b>Ação Preventiva</b>   | <b>Responsável</b>                                  |  |
|          |                        |   | Escolher equipe com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento. | AUTORIDADE COMPETENTE                               |  |
|          |                        |   | <b>Ação de Contingência</b>  | <b>Responsável</b>                                  |  |
|          |                        | Substituir membros da equipe planejamento quando não estejam apresentando bom rendimento. | Setor Requisitante / Setor de Licitações   |   |  |

Trabalho e Compromisso

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

FASE DE CONTROLE: SELEÇÃO DO FORNECEDOR

OBJETO: Contratação de banca jurídica para o patrocínio de ação judicial tendente a recuperar os valores repassados a menor pela União Federal a este Município, referente aos valores oriundos de arrecadação do IRRF sobre rendimentos e/ou valores pagos pelo município, e fundações, às pessoas físicas e jurídicas fornecedoras de bens e serviços a estes, objetivando a correção das distorções identificadas e efetivação do incremento de receitas aos cofres do município de





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Morrinhos/CE

|          |                        |   |  |  |
|----------|------------------------|---|--|--|
| Risco 01 | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO | Risco   | ATRASSO OU DEMORA NA CONCLUSÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E JURÍDICO DE CONTRATAÇÃO                  |  |
|          |                        | Consequência(s)   | Atraso na disponibilização da solução;<br>Não cumprimento dos prazos acordados no Termo de Referência. |  |
|          | ANÁLISE DO RISCO       | Probabilidade   | Baixa  |  |
|          |                        | Impacto   | Alto   |  |
|          |                        | Nível de Risco  | Aceitação Intermediária  |  |
|          | RESPOSTA AO RISCO      | Ação Preventiva   | Responsável  |  |
|          |                        | Encaminhar autos para análise respeitando os prazos programados para a devida manifestação e contratação;<br>Acompanhar a tramitação do processo, para que se faça cumprir os prazos;<br>Apoiar às áreas por onde houver a tramitação do processo, no que couber. | Equipe de Planejamento   |  |
|          |                        | Ação de Contingência  | Responsável  |  |
|          |                        | Mitigar as causas que estejam contribuindo com a morosidade do processo;<br>Readequar o Termo de Referência com relação ao cronograma estabelecido, submetendo-o para nova aprovação.   | Fiscal do Contrato   |  |



(88) 3665-1130



ouvidoria@morrinhos.ce.gov.br



morrinhos.ce.gov.br



RUA JOSÉ IBIAPINA ROCHA, S/N, CENTRO,  
CEP: 62.550-000 - MORRINHOS - CE



CNPJ: 07.566.920/0001-10

*K*



MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

FASE DE CONTROLE: GESTÃO CONTRATUAL

OBJETO: Contratação de banca jurídica para o patrocínio de ação judicial tendente a recuperar os valores repassados a menor pela União Federal a este Município, referente aos valores oriundos de arrecadação do IRRF sobre rendimentos e/ou valores pagos pelo município, e fundações, às pessoas físicas e jurídicas fornecedoras de bens e serviços a estes, objetivando a correção das distorções identificadas e efetivação do incremento de receitas aos cofres do município de Morrinhos/CE

|          |                        |   |   |                    |  |
|----------|------------------------|---|---|--------------------|--|
| Risco 01 | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO | Risco   | ATRASSO INJUSTIFICADO DO INÍCIO DO CONTRATO   |                    |  |
|          |                        | Consequência(s)   | Atraso na disponibilização da solução;<br>Não cumprimento dos prazos acordados no PCA;<br>Aditivos contratuais para prorrogação de prazo. |                    |  |
|          | ANÁLISE DO RISCO       | Probabilidade   | Baixa   |                    |  |
|          |                        | Impacto   | Alto  |                    |  |
|          |                        | Nível de Risco  | Aceitação Intermediária   |                    |  |
|          | RESPOSTA AO RISCO      | Ação Preventiva   |   | Responsável        |  |
|          |                        | Acompanhar e exigir da contratada o início da execução do contrato, conforme estabelecido em Termo de Referência, PCA e Contrato. |   | Fiscal do Contrato |  |
|          |                        | Ação de Contingência  |   | Responsável        |  |
|          |                        | Readequar o Termo de Referência com relação ao cronograma estabelecido, submetendo-o para nova aprovação, quando possível.        |   | Fiscal do Contrato |  |
|          |                        | Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.                         |   | Gestor do Contrato |  |





|          |                        |   |  |  |
|----------|------------------------|---|--|--|
| Risco 02 | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO | Risco   | AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES CONTRATANTES  |  |
|          |                        | Consequência(s)   | Falhas na comunicação entre as partes;<br>Ausência de evidências das ocorrências do contrato;<br>Retardo e falhas na execução do contrato. |  |
|          | ANÁLISE DO RISCO       | Probabilidade   | Baixa  |  |
|          |                        | Impacto   | Médio  |  |
|          |                        | Nível de Risco  | Aceitável  |  |
|          | RESPOSTA AO RISCO      | Ação Preventiva   | Responsável  |  |
|          |                        | Incluir no Termo de Referência o protocolo de comunicação entre contratante e contratada. | Equipe de Planejamento   |  |
|          |                        | Ação de Contingência  | Responsável  |  |
|          |                        | Estabelecer, de imediato, meios alternativos e eficazes de comunicação.                   | Fiscal do Contrato   |  |





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



|          |                        |  |   |                            |  |
|----------|------------------------|--|---|----------------------------|--|
| Risco 03 | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO | Risco  | INADIMPLÊNCIA FISCAL PELA CONTRATADA DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL  |                            |  |
|          |                        | Consequência(s)  | Atraso da realização do pagamento ao fornecedor;<br>Comprometimento da execução contratual;<br>Rescisão contratual. |                            |  |
|          | ANÁLISE DO RISCO       | Probabilidade  | Baixa   |                            |  |
|          |                        | Impacto  | Alto  |                            |  |
|          |                        | Nível de Risco   | Aceitação Intermediária   |                            |  |
|          | RESPOSTA AO RISCO      | Ação Preventiva  |   | Responsável                |  |
|          |                        | Prever, expressamente, no Termo de Referência a obrigatoriedade da regularidade fiscal, bem como as consequências de sua falta;          |   | Equipe de Planejamento     |  |
|          |                        | Receber apenas nota fiscal/fatura com a devida comprovação da regularidade fiscal.   |   | Fiscal do Contrato         |  |
|          |                        | Ação de Contingência   |   | Responsável                |  |
|          |                        | Consultar os sítios eletrônicos oficiais relativos a regularidade fiscal do contrato, podendo ocorrer através do SICAF, conforme o caso. |   | Responsável pelo pagamento |  |





|          |                        |                      |  |   |
|----------|------------------------|----------------------|--|---|
| Risco 04 | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO | Risco                | DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS POR PARTE DA CONTRATADA  |   |
|          |                        | Consequência(s)      | Comprometimento da execução contratual;<br>Não disponibilização da solução desejada;<br>Rescisão contratual. |   |
|          | ANÁLISE DO RISCO       | Probabilidade        | Baixa  |   |
|          |                        | Impacto              | Alto   |   |
|          |                        | Nível de Risco       | Aceitação Intermediária  |   |
|          | RESPOSTA AO RISCO      | Ação Preventiva      | Responsável  |   |
|          |                        |                      | Prever expressamente no Termo de referência, as penalidades por descumprimento de cláusulas contratuais;     | Equipe de Planejamento Fiscal do Contrato |
|          |                        |                      | Realizar reunião inicial do contrato para dirimir qualquer dúvida acerca da prestação dos serviços.          |   |
|          |                        | Ação de Contingência | Responsável  |   |
|          |                        |                      | Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.    | Gestor do Contrato                        |

|          |                        |                 |   |  |
|----------|------------------------|-----------------|---|--|
| Risco 05 | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO | Risco           | DESCONFORMIDADES NA EXECUÇÃO DO OBJETO  |  |
|          |                        | Consequência(s) | Não atendimento, parcial ou total, das necessidades da contratação.<br>Rescisão contratual. |  |
|          | ANÁLISE DO RISCO       | Probabilidade   | Média   |  |
|          |                        | Impacto         | Alto  |  |
|          |                        | Nível de Risco  | Inaceitável   |  |
|          | REPOSTA AO RISCO       | Ação Preventiva | Responsável   |  |





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



|  |   |  |
|--|---|--|
|  | Prever no Termo de Referência e no ETP a descrição detalhada da solução;<br><br>Acompanhar, de forma ativa e periódica, a execução contratual.  | Equipe de Planejamento<br>Fiscal do Contrato |
|  | Ação de Contingência  | Responsável                                  |
|  | Notificar formalmente a contratada para o atendimento adequado da execução contratual, conforme previsto em Termo de Referência, ETP e Contrato;<br><br>Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário. | Gestor do Contrato                           |

Morrinhos - CE, em 10 de Setembro de 2024.

Ana Kesley Soeiro  
Presidente da Comissão de Planejamento

Gilson Dantas Neto  
Agente Demandante

De acordo:

Francisco Rogelio dos Santos  
Secretário de Administração e Finanças

